

# Esquerda e direita fazem "tabelinha" nas votações

Franklin Martins

BRASÍLIA — Nas questões relacionadas com direitos humanos, o projeto constitucional que sairá da Comissão de Sistematização terá um perfil progressista, mas quanto à economia e segurança do Estado os conservadores levam a melhor. Esta é a tendência apresentada nos dez primeiros dias de votação.

Os mapas de votação revelam situações curiosas. Em alguns momentos, a esquerda conta com os votos da direita e vice-versa. Foi o caso da supressão do texto constitucional da exigência de que o crime de tortura seja punido com pena integral em prisão fechada. O líder do PFL, José Lourenço, por exemplo, votou com o líder do PC do B, Haroldo Lima, e com o PDT, a favor da punição.

Mas Cristina Tavares (PE), Nelson Friedrich (PR) Vicente Bogo (RS) e Wilson de Souza (SC), todos da esquerda do PMDB, integrantes do MUP — Movimento de Unidade Progressista, votaram contra, ao lado de Celso Dourado (BA), Carlos Sant'Anna (BA), da direita pemedebista, o PFL e o PDS.

**"Conquista"** — Na recusa de incluir o terrorismo como crime imprescritível e inafiançável, ao lado da tortura, os votos mudaram. Foi a votação mais apertada até agora: 49 a 42. "Foi uma conquista", disse Aldo Arantes (PC do B-GO), opinião compartilhada por Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Cristina Tavares.

Para que a esquerda ganhasse essa votação, teve que atrair os votos do grupo liderado pelo deputado Carlos Sant'Anna, que foram decisivos. Contou ainda com o apoio de todo centro do PMDB, deixando a direita do PFL, o PDS, o PTB e o PDC isolados.

Mas nas questões relativas ao poder econômico, capital estrangeiro e direito de propriedade, quem tem ficado isolada é a esquerda. O primeiro teste foi com relação ao capital estrangeiro. A esquerda queria introduzir no parágrafo relativo aos direitos autorais de inventos, restrições às marcas estrangeiras. Para isso teve apoio de alguns constituintes do centro do PMDB, como José Ignácio Ferreira (ES), Nelson Jobim (RS) e Chagas Rodrigues (PI), conseguindo atingir 37 votos. Perdeu porque a união da direita com o centro-direita, que reuniu o PFL, o PDS em bloco, além de José Richa (PR), Prisco Viana (BA) e Carlos Sant'Anna, do PMDB somou 55 votos.

**Rolo compressor** — À medida em que a comissão se aprofundou nas questões ideológicas, a situação se agravou para a esquerda. Quando tentou introduzir emenda garantindo ao cidadão direito ao acesso a todas informações, mesmo as consideradas sigilosas, que poderiam comprometer a segurança do estado, colheu sua primeira derrota estrondosa: 65 votos contra 28. O centro do PMDB alinhou-se com a direita, o PDS, o PFL, o PTB e o PDC e o líder Carlos Sant'Anna. Foi um verdadeiro rolo compressor.

Com a mesma tranquilidade, foi rejeitada a emenda de Luiz Ignácio da Silva (PT-SP) sobre o direito de propriedade privada prevendo desapropriação e início imediato na posse, por 68 votos contra 23. Nas duas votações, houve surpresas. A esquerda contava com os votos ditos progressistas de Nelson Jobim, Arthur da Távola, Egídio Ferreira Lima, Pimenta da Veiga e José Fogaça, mas eles votaram com a direita. Na questão de propriedade votaram ainda com a direita os deputados Miro Teixeira, Euclides Scalco, Mário Lima e Virgildásio de Senna.

Ainda no capítulo dos direitos humanos, nos artigos sobre os presos, os progressistas conseguiram aprovar praticamente tudo que queriam, levando o deputado Ricardo Fiúza a desabafar: "Aprovamos que os presos devem ser tratados com água mineral. Depois de aprovada esta Constituição, nesse ritmo, o melhor no Brasil será ser negro, índio ou presidiário, porque eles terão todas as proteções e regalias."



Fernando Henrique, Pimenta, Jobim e Brito na alternância dos grupos

## O que já foi votado

**Preâmbulo** — Na introdução da Constituição, foi incluída a frase que determina que "os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos ou por mecanismos de participação popular."

**Princípios** — Nos Princípios Fundamentais foi trocada a expressão "Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido" por "Todo poder emana do povo, que o exerce por intermédio de representantes eleitos ou diretamente, nos casos previstos nesta Constituição."

**Aborto** — O projeto constitucional não proíbe o aborto, porque não foi introduzida a expressão "desde a concepção" quando do artigo que trata do direito à vida.

**Censura** — Não existe nenhuma forma de censura para as manifestações artísticas ou culturais. Foi extraída a ressalva que constava do texto e abria possibilidade de censura ao que incitasse à "violência ou defenda discriminação de qualquer natureza."

**Tortura** — A tortura é crime imprescritível, inafiançável e não está sujeito à anistia. Responderão por ele os mandantes, os executores ou aqueles que, podendo evitá-lo ou denunciá-lo, se omitirem. Os traficantes foram excluídos da mesma classificação.

**Sonegadores** — Os que não pagarem tributos e impostos estão sujeitos à prisão.

**Artistas** — Os artistas não terão o controle econômico de suas obras, como previa o texto original.

**Jornalistas** — Para exercer a profissão de jornalista é necessário o diploma.

**Pena de morte** — Foi derrubada a tentativa de adotar a pena de morte e a prisão perpétua no país.

**Presos** — Em pelo menos três parágrafos, o projeto constitucional assegura tratamento digno aos presos, bem como instrumentos para a defesa dos mesmos.

**Informação** — Todos terão direito a informações, mas foi excluído que elas poderiam ser solicitadas aos órgãos públicos ou privados com função social. Também não terão acesso àquelas de segurança do estado.

**Propriedade** — A propriedade privada poderá ser desapropriada para fins de interesse social, mas para isso o projeto assegura prévia e justa indenização, o que poderá dificultar as ações de desapropriação, já que não está garantida a imissão imediata na posse.

**Herança** — É garantido o direito de herança.

**Consumidor** — O projeto assegura que existirá uma lei que protegerá o consumidor.

## As posições que pesam mais

São 93 constituintes na Comissão de Sistematização, mas os votos de alguns têm mais valor do que o de outros: formam opinião, atraem apoio e decidem. No PMDB, os deputados Euclides Scalco, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga e Antônio Brito — que sequer é membro da comissão — influenciam o comportamento de 49.

Um grupo de sete pemedebistas acompanha o voto do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna. Finalmente, o MUP, com dez parlamentares na Sistematização, vota unido, seguindo a posição de Nelson Friedrich, Cristina Tavares e Paulo Ramos.

O PFL, com 24 membros na Sistematização, até agora votou em bloco. A ala moderna, que vivia às turras com o líder José Lourenço, tem marchado junto com ele. Aqui e ali, ocasionalmente, houve defecções, mas, como regra, o PFL tem descarregado a votação numa mesma posição.

**Richa** — Os seis constituintes do

PDS têm duas discretas lideranças: o senador Jarbas Passarinho e o deputado Konder Reis. Falam pouco, não fazem estardalhaço e aparecem menos que o irrequieto deputado Gerson Peres. Mas na hora do voto arrastam os companheiros.

Nos pequenos partidos não existe divisão. No caso do PC do B, PCB, PL, PDC, PMB e PSB, porque isso é impossível — têm apenas um voto na Sistematização. Outros, como PDT (três integrantes) e PT (dois), por disciplina. O PTB, com três votos, têm se aliado aos conservadores, mas, às vezes, surpreende e se divide.

Acima dos partidos, uma figura discretíssima influencia um número razoável de constituintes: o senador José Richa (PMDB-PR). Com ele costumam votar muitos dos amigos que fez quando articulou o chamado grupo dos 32, como Sandra Cavalcanti e Israel Pinheiro Filho. Geralmente Richa tem sido um freio às posições da esquerda. (FM)



Lourenço (E) e Sant'Anna: líderes até certo ponto

## Polêmica marcará a semana

Nesta semana, a Comissão de Sistematização deverá votar algumas das questões mais polêmicas da Constituição. A primeira delas será a proibição da demissão imotivada — na prática, a estabilidade no emprego —, que consta do substitutivo do relator Bernardo Cabral. A resistência dos líderes empresariais e o apoio dos dirigentes sindicais a esse dispositivo prometem repercutir bastante na comissão, provocando debates apaixonados.

Outro ponto que deverá despertar muita polêmica: a organização sindical. O projeto de Cabral é ambíguo quanto ao pluralismo ou à unicidade sindical — ou seja, se mais de um ou apenas um sindicato pode funcionar na mesma categoria e

na mesma base territorial. Na esquerda, muito interessada no assunto, as opiniões estão divididas.

É possível, ainda — se o ritmo das votações acelerar-se um pouco — que a Sistematização assista à primeira batalha da guerra entre parlamentaristas e presidencialistas. No artigo 11, parágrafo 4, que define os cargos privativos de brasileiros natos, aparece pela primeira vez no texto a expressão "primeiro-ministro". O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), parlamentarista, tem um destaque pedindo que seja mantida a expressão. O objetivo é apenas tático: medir forças com os presidencialistas e mostrar logo que o regime de gabinete tem maioria.

## Polícia vai à Constituinte

### Combate ao crime é disputado por PMs e delegados

BRASÍLIA — A Constituinte está cercada pelas polícias e condenada pela Justiça. Aproximando-se o momento de serem votados na Comissão de Sistematização os artigos 144 — que define o Conselho Nacional de Justiça — e 162 — sobre a segurança pública, que interessa às polícias civil e militar, aos bombeiros, aos rodoviários e ao Exército —, mais de uma centena de homens acampam nos hotéis da capital e partem para um dos mais vigorosos lobbies desta Constituinte. É o epílogo de um enredo que, iniciado há oito meses, teve espionagem, troca de documentos e acusações, interceptação de mensagens e ameaças entre os envolvidos.

A Polícia Militar briga para retirar do substitutivo do relator Bernardo Cabral a função de prevenção do crime, atribuída à Polícia Civil. E ameaçou, através de sete entidades de soldados a oficiais de São Paulo, num anúncio pago publicado pelos jornais em 22 de setembro: "Senhores constituintes, cuidado. Há gente que só consegue agir à socapa e à sorrelfa. A virar o texto proposto nada mais há a perder. São mais de 350 mil (contingente da PM no Brasil) acudados".

A Polícia Civil luta em três frentes: quer manter para si a função "preventiva" e não admite que caiba aos promotores a supervisão da investigação criminal e a advocacia e presidência dos inquiridos. Por fim, une-se à própria PM, aos promotores e juizes para combater o Conselho Nacional de Justiça, "órgão de controle externo", proposta no artigo 144 para funcionar como corretiva destas quatro instituições e sob a vigilância de um comitê formado por integrantes do Congresso, do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.

**Briga inamovível** — Os juizes de direito, além de bombardearem o "controle externo", não admitem que os promotores se tornem, como eles, inamovíveis e tenham a garantia de salários intocáveis: "Já pensou o juiz e o promotor inamovíveis? Os dois brigam numa cidade, nenhum dos dois pode ser removido e quem vai pagar é a comunidade", antevê o juiz Luis Henrique de Souza e Silva, de São Paulo. A Constituição em vigor prevê a inamovibilidade dos juizes.

"Meu Deus. Essa história com esses grupos todos é um dos piores tiroteios dessa Constituinte. Tá feio. Ou eles se entendem ou vai acabar se decidindo no voto", avisa o relator Bernardo Cabral. E nessa briga tem mais munição. A Polícia Militar não quer mais, e avisou a Cabral, ser "força auxiliar do Exército". Na ver-

dade, gostaria de mudar de nome, como estava no primeiro substitutivo: "Força Policial", para não haver contraposição entre polícias "civil" e "militar". Tecnicamente, o nome Polícia Militar é incorreto. Oficiais PM que estivera no exterior constataram a estranheza que o nome provoca: seria uma polícia de militares, como a Military Police dos americanos?

Os bombeiros não querem depender da PM, e a Polícia Rodoviária deseja desprejar-se do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Acrescente-se a isto que a Polícia Federal não aceita a criação da Polícia Fiscal — artigo 50 das Disposições Transitórias —, que vai lhe subtrair nos aeroportos, portos e fronteiras a prevenção e repressão "aos delitos fiscais, ao tráfico de entorpecentes e drogas afins, e ao tráfico ilícito de armas", e se terá a dimensão do "tiroteio" a que se refere Cabral. No final da manhã da quinta-feira o relator viu como essas pressões se materializam.

Em seu gabinete, na Sistematização, Cabral recebeu cerca de 40 oficiais da PM e delegados de polícia, as duas partes brigando pela primazia na "prevenção" ao crime. "Deixe a prevenção a cargo da Civil e, por isto, recebi até telegramas com desaforos da PM. Agora o deputado Farabulini Júnior (PTB-SP) vem me informar que se equivocou ao propor isto. Espero que vocês, com ajuda do senador José Fogaça (PMDB-RS), se entendam e me tragam um consenso" — pediu o relator.

A amigos, Farabulini contou que sofreu "terríveis pressões" de grupos da PM para voltar atrás. Ao JORNAL DO BRASIL ele dissimulou: "Não foi bem uma pressão, fui induzido a pensar mais profundamente sobre a expressão prevenção". Prevenida, a Polícia Civil instalou-se em Brasília em abril, quando já há dois meses coronéis da PM faziam seu lobby. Nesta semana, às custas da Associação de Delegados, 15 deles permanecem no Hotel Bristol.

**Sem mistura** — No mesmo hotel, desde o início da Constituinte, estavam os promotores. Há uma semana eles se mudaram para o Saint Paul, o mais luxuoso hotel da capital, onde reservaram 20 apartamentos. Sairam do Bristol para não se "misturarem" aos delegados, como disse um deles. Já os juizes optaram pela companhia dos delegados e permanecem em 15 apartamentos no mesmo Bristol.

O presidente da Associação dos Delegados de Polícia de São Paulo, Amir Neves Ferreira, diz: "Os promotores querem a supervisão da investigação, a advocatura de todos os inquiridos e o acompanhamento de todas as ocorrências. Imagine o absurdo. Temos oitocentas mil ocorrências ao ano em São Paulo e dois mil promotores. Vai ser criado um monstro burocrático".



Delegados chegam à Câmara para fazer seu "lobby"